

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Bolsonaro indica militar para ANP	2
Título: Pauta de energia do governo deve parar no Congresso	2
Título: De saída, Oddone cobra repasse de preço mais baixo	4
Título: Maia exclui venda da Eletrobras de pauta.....	7
Título: Destaques	9
Título: Curtas	9
Título: Pandemia faz Vale parar mina no Canadá, mas meta anual não muda	10
Título: Correção.....	11
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	12
Título: Governo pede calamidade contra vírus para ampliar rombo fiscal para R\$ 200 bi	12
Título: Petróleo em NY e Londres fica abaixo de US\$ 30	13
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	15
Título: Bolsonaro nomeia militar para comandar ANP em meio ao coronavírus	15
VEÍCULO: O Globo.....	16
Título: A Petrobras e os mais pobres	16

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/03/2020****Seção: Brasil****Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho — Do Rio****Título: Bolsonaro indica militar para ANP****Indicado, que precisa passar por aprovação do Senado, foi colega do ministro da Infraestrutura**

Indicado ontem pelo presidente Jair Bolsonaro para assumir a diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Rodolfo Henrique de Saboia, é contra-almirante da Marinha, transferido para a reserva em 2012. Segundo uma fonte ouvida pelo **Valor**, ele foi colega de turma do **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, durante a formação na Marinha.

De acordo com seu perfil pessoal na rede social LinkedIn, Saboia tem longa carreira militar. Ele é bacharel em ciências navais pela Escola Naval, com doutorado em política e estratégia marítimas, pela Escola de Guerra Naval.

A indicação de Saboia é vista como uma demonstração de força de Albuquerque no governo. Antes mesmo da confirmação da indicação, o mercado já esperava um nome ligado ao ministro e com bom relacionamento com ele. Uma aposta nos bastidores era o nome do chefe de gabinete de Albuquerque, o também contra-almirante José Roberto Bueno Junior.

O novo indicado ainda deverá passar por sabatina na comissão de Infraestrutura do Senado e votação no plenário da casa. Se aprovado, o militar da reserva terá uma extensa agenda regulatória para cumprir. Entre elas, um dos pontos mais aguardados pelo mercado é a regulamentação do novo arcabouço da indústria de gás natural.

Enquanto não houver uma definição no Senado, o diretor da ANP José Cesário Cecchi assumirá como diretor-geral interino.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/03/2020****Seção: Política****Autor: Rodrigo Polito — Do Rio****Título: Pauta de energia do governo deve parar no Congresso**

A agenda de energia do governo, que, após mais de um ano, havia enfim começado a avançar no Legislativo, está seriamente comprometida, devido ao

agravamento do quadro provocado pela pandemia de coronavírus e a crise institucional aberta pelo presidente Jair Bolsonaro com o Congresso. Nesse cenário, temas complexos como a privatização da Eletrobras, mudanças na lei de partilha de produção do pré-sal e a reforma do marco legal do setor elétrico entrarão em modo de espera e, devido às eleições municipais no segundo semestre, podem ficar para 2021.

“Vamos sentar com o presidente Davi [Alcolumbre (DEM-AP), presidente do Senado], para ver o que dá para fazer”, afirmou o senador Marcos Rogério (DEM-RO), que tem assumido protagonismo nas discussões de temas da área energética no Senado. “Vou advogar que os temas importantes para a economia do país continuem sendo votados”.

Ele, no entanto, criticou o apoio dado por Bolsonaro a manifestações contrárias ao Congresso e ao Judiciário, como os protestos ocorridos no último domingo em vários locais do país. “Neste momento, é importante construir pontes, e não incendiar relacionamentos”, disse.

Um sinal de redução do ritmo de trabalho do Senado, devido à propagação do coronavírus foi o cancelamento da audiência com o **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, prevista para esta quarta-feira na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na Câmara, a expectativa é a mesma. Segundo um deputado que participa de discussões sobre o setor de energia na casa e que pediu anonimato, a previsão é que temas do segmento não sejam analisados nas próximas semanas. “De fato, os assuntos caminharam, só que, pelo que estou vendo para as próximas duas semanas, não haverá votação nominal em plenário, só o que for consenso. E não deve haver trabalho nas comissões. Não acredito que vão analisar esses temas pelos próximos 15, 20 dias”, afirmou.

A Câmara deve receber nos próximos dias o PLS 232/2016, que prevê abertura total do mercado de energia até 2028 e aborda outros temas importantes da reforma do setor elétrico. A matéria foi aprovada no início do mês na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) - em reunião que contou com a presença de Bento Albuquerque - e aguarda apenas o prazo regimental para interposição de recursos da casa, até 20 de março, para seguir para a Câmara.

O presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Reginaldo Medeiros, demonstra otimismo com o trâmite do processo na Câmara. “Evidentemente que essas incertezas preocupam, mas o tema é prioritário para o governo e o Congresso”, afirmou. “Não vemos uma demora da tramitação na Câmara, mas não se sabe como o cenário vai se dar”, completou.

Para outro especialista do setor, que pediu anonimato, a tramitação do PLS 232 na Câmara não deverá ser algo simples e demandará muita negociação entre os deputados. “A tendência é [a tramitação] demorar. Afinal de contas estamos falando de uma reforma do setor elétrico”.

Segundo ele, a pauta de energia do governo havia começado a avançar no Congresso este ano depois que os senadores perceberam que o mercado apoiava a lista de itens do governo. “Os senadores perceberam que seria politicamente ruim para eles manter travada a pauta antes das eleições municipais”, explicou.

Para um especialista do setor, diante do quadro atual, há baixa probabilidade para a votação no Senado do projeto de repactuação do risco hidrológico, que destravaria R\$ 8 bilhões no mercado de energia. A perspectiva é a mesma sobre as mudanças na lei de partilha de produção do pré-sal, em que o governo quer reduzir o poder da Petrobras nos leilões, e para a privatização da Eletrobras. “Não acredito que o projeto de privatização da Eletrobras seja aprovado”, afirmou ele, mesmo após o ministro da Economia, Paulo Guedes, ter dobrado a aposta em relação à venda do controle da estatal.

A repactuação do risco hidrológico foi aprovada na última semana na CAE do Senado, mas ainda depende de ser pautada para votação no plenário.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/03/2020

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito — Do Rio

Título: De saída, Oddone cobra repasse de preço mais baixo

De saída da diretoria-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone se despede do cargo com uma cobrança: está na hora de a queda abrupta dos preços internacionais do petróleo ser repassada para o consumidor final. Ele destaca que, acostumado a ver o combustível ficar mais caro nas bombas ao longo dos últimos anos, o brasileiro está diante agora de uma desvalorização que derrubou a cotação do barril para os seus menores patamares desde janeiro de 2016. O novo cenário, influenciado pelos efeitos do novo coronavírus sobre a demanda e pela disputa de mercado entre sauditas e russos, funcionará, segundo Oddone, como um “teste interessante” para medir o bom funcionamento do mercado brasileiro.

Inicialmente, Oddone deixaria o cargo no próximo dia 27, após a assinatura dos contratos do leilão dos excedentes da cessão onerosa, mas decidiu antecipar seu desligamento, ontem, após o cancelamento dos eventos oficiais, como medida de prevenção à pandemia. Oddone se despede do cargo, após três anos à frente do processo de abertura do setor de óleo e gás.

“O que estamos vendo agora é um teste interessante para esse processo de abertura. Passamos os últimos anos defendendo, de corpo e alma, que o preço do petróleo, por se tratar de uma commodity, tem que seguir a variação do mercado internacional e câmbio. Ao longo dos últimos anos os preços subiram, na média, e agora estão caindo abruptamente. É a hora de ver essa redução chegar ao consumidor. Porque aí estamos comprovando a tese de que é um mercado aberto em que o preço sobe, mas também desce”, disse Oddone ao **Valor**, em sua última entrevista no cargo. “Se [a queda dos preços] não chegar ao consumidor, é porque nosso mercado efetivamente precisa de mais competição na cadeia toda, na distribuição, na revenda, e que alguém está se apropriando de margem”, completou.

Ao todo, a Petrobras já fez seis reduções nos preços do diesel em 2020, acumulando queda de 23,4% nas refinarias. No caso da gasolina, são sete reajustes, que acumulam redução de 20,6%. Motoristas costumam se queixar, porém, que o repasse para a bomba não se dá na mesma velocidade e intensidade. De acordo com a empresa de pesquisa de mercado Triad Research, o preço do litro da gasolina na bomba caiu 3,1% desde o último dia 12 - quando a Petrobras anunciou um corte de 9,5%. No diesel, a baixa nos postos foi de 3,9%, ante a queda de 6,5% nas refinarias.

Sobre o atual cenário de baixa do petróleo, Oddone disse não acreditar que os atuais patamares do barril do tipo Brent, de US\$ 28,70, permanecerão por muito tempo. “Petróleo muito barato e petróleo muito caro não permanecem por muito tempo”, disse.

Indicado para comandar a ANP durante o governo de Michel Temer, Oddone assumiu em janeiro de 2017 e foi um dos homens de frente na condução do pacote de mudanças regulatórias da indústria de óleo e gás dos últimos anos. Desse trabalho, ele cita que deixa como legado um “conjunto de transformações”, que passa por medidas como a flexibilização das regras de conteúdo local e a implementação do calendário fixo de leilões - que rendeu nove rodadas em três anos, entre 2017 e 2019, e possibilitou uma onda de aquisições de áreas do pré-sal pelas grandes petroleiras internacionais.

“Arrecadamos R\$ 112 bilhões em bônus de assinatura. Não me lembro de ter havido um outro processo que tenha trazido para os cofres públicos em tão curto espaço de tempo esse volume tão relevante de recursos”, disse.

Coube à Oddone conduzir também os trabalhos da ANP na negociação entre governo e Petrobras sobre a revisão do contrato da cessão onerosa; e adotar algumas medidas de estímulo a pequenas e médias petroleiras, como a redução da alíquota de royalties para projetos de revitalização de campos maduros e a criação da oferta permanente - espécie de licitação “on demand” de áreas de óleo e gás segundo o qual o órgão regulador coloca à disposição do mercado, permanentemente, um pacote de ativos para compra. Oddone, a propósito, defende que, no futuro, todos os blocos de exploração do país sejam licitados nesse modelo.

“As principais áreas do pré-sal já foram licitadas. Acabou o ciclo dos leilões de grandes áreas, com bônus elevados. A oferta permanente é o melhor caminho para deixar as companhias escolherem onde querem investir, ao invés de o poder concedente se arvorar ao direito de saber onde o investidor quer investir”, comenta.

Pelo pacote de medidas de estímulo às atividades de exploração e produção de óleo e gás, Oddone agradou as petroleiras. Por outro lado, comprou briga com a indústria naval e com grandes distribuidoras de combustíveis, sobretudo após a greve dos caminhoneiros de maio de 2018.

Foi após a eclosão da paralisação que ele resolveu colocar a abertura do mercado de combustíveis na pauta da ANP. Desse movimento, surgiu um pacote de propostas como permitir a venda direta de etanol das usinas para os postos; liberar o enchimento fracionado de botijões de gás e a resolução da transparência - apontada por Oddone como um dos grandes legados de seu mandato, por ter obrigado Petrobras e importadoras a divulgarem seus preços nos seus diferentes pontos de suprimento. “A transparência vai se encarregar de evitar que distorções no mercado de derivados não perdurem por muito tempo, como perduraram no passado”, defendeu ele.

Executivos de duas grandes distribuidoras de derivados criticaram, sob a condição de anonimato, o que chamaram de “excesso de voluntarismo” na condução da pauta. Segundo as duas fontes, Oddone focou muito numa agenda de varejo e desconcentrou-se do debate sobre medidas estruturantes para a atração de investimentos privados para infraestrutura, num momento em que a

Petrobras reduz sua participação na cadeia. Ainda de acordo com as distribuidoras, a pauta criou um clima de insegurança que mexe com a precificação de ativos à venda pela estatal, como a Liquigás e refinarias.

No debate sobre medidas para abrir a distribuição, Oddone encontrou resistência dentro da própria diretoria da ANP. Sobre isso, ele disse ver com naturalidade o fato alguns debates levarem mais tempo, numa estrutura colegiada.

“Mas isso faz parte da riqueza de termos decisões colegiadas. É um ambiente diferente para quem tem perfil de executivo como eu”.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/03/2020

Seção: Política

Autor: Marcelo Ribeiro — De Brasília

Título: Maia exclui venda da Eletrobras de pauta

Presidente da Câmara disse que pautar privatização na agenda emergencial do coronavírus seria irresponsabilidade

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), em reunião com líderes partidários, demonstrou irritação com a equipe econômica do governo e chegou a gritar com o líder do presidente Jair Bolsonaro na Casa, Major Vitor Hugo (PSL-GO). Cobrou medidas concretas e afastou a possibilidade de a proposta de privatização da Eletrobras avançar.

Maia conseguiu emplacar o projeto que permitirá votações remotas a partir da próxima semana e outras três propostas relacionadas à área de saúde: liberação do remanejamento de R\$ 6 bilhões de fundos de saúde para o combate à doença, a proibição da exportação de itens considerados essenciais para enfrentar o vírus e a derrubada de uma portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que restringia a comercialização de álcool 70%. O produto é uma alternativa ao álcool gel, item utilizado para a higienização e que está em falta no mercado.

Antes das votações, Maia se encontrou com líderes partidários e protagonizou dois enfrentamentos. Um com Vitor Hugo e outro com o deputado Osmar Terra (MDB-RS), ex-ministro da Cidadania. Ambos são aliados de Bolsonaro no Congresso.

Segundo o apurou o **Valor**, o líder do governo na Câmara foi o primeiro alvo da ira de Maia. Vitor Hugo passou aos participantes da reunião um recado do

ministro da Economia, Paulo Guedes, sugerindo que o projeto que trata da privatização da Eletrobras fosse incluído entre as ações de combate ao vírus. O presidente da Câmara reagiu energicamente, chamando de irresponsabilidade fazer “chantagem com a privatização da Eletrobras”.

Pouco depois foi a vez de Terra ser criticado por causa de seu alinhamento com Bolsonaro na defesa de que as precauções ao avanço do vírus são “exageradas” e de que a quarentena é “desnecessária”. “Espero que todos os líderes dos demais países no mundo estejam errados e que o governo Bolsonaro seja o único certo”, disse Maia.

Em outro momento de atrito com Vitor Hugo, Maia foi chamado de “ditador” pelo líder do governo na Câmara. Segundo líderes, o presidente da Câmara não titubeou e respondeu: “É o seu chefe”.

Após a reunião, o presidente da Câmara adotou um tom mais pacificador. Defendeu que o governo já deveria ter estabelecido o fechamento de fronteiras e a restrição de voos internacionais. “Acho que o governo já deveria ter fechado as fronteiras, acho que já deveria ter restringido os voos internacionais, já deveria ter restringido a circulação das pessoas, principalmente nos Estados onde a projeção é de problemas maiores, como os Estados do Rio de São Paulo. Mas estas posições são comandadas pelo Poder Executivo”, afirmou em entrevista coletiva.

Em reuniões reservadas, parlamentares classificaram o pacote de medidas de Guedes como “modesto” e disseram que ações adicionais precisarão ser implementadas.

Maia disse ainda acreditar que o governo vai propor a ampliação dos gastos públicos e a alteração da meta fiscal, como forma de garantir recursos para o combate ao coronavírus e evitar a paralisação da economia durante a crise.

“O governo já deveria ter pensado em políticas públicas, como a ampliação do gasto público, como todos os países vêm fazendo. Acho que é inevitável que a redução do dano na economia seja garantida pelo Estado brasileiro. Não há saída, não há outra saída, principalmente porque a arrecadação federal vai cair, dos Estados vai cair, dos municípios deve cair”, disse Maia. “O governo federal precisa tomar essas decisões, que eu espero que ocorram nos próximos dias ou nas próximas semanas. Terão no Parlamento total apoio para que essas matérias possam ser aprovadas de forma urgente. Mudança de meta entre outros temas que são fundamentais para que a gente garanta a manutenção da execução do Orçamento”, completou.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/03/2020****Seção: Empresas****Autor:****Título: Destaques****Plataforma da Petrobras**

A Petrobras informou que o casco da plataforma P-71 chegou na segunda-feira, ao Espírito Santo, para ser integrado aos demais módulos no Estaleiro Jurong Aracruz. A viagem teve início no dia 12 de dezembro, quando o casco saiu do estaleiro CIMC Raffles, na China. No estaleiro capixaba, além do término da construção de nove módulos, serão integrados e comissionados 19 módulos ao casco. As atividades têm previsão de conclusão no segundo semestre de 2021. A P-71 é a sexta plataforma da série replicantes (unidades padronizadas) projetada para operar no pré-sal, com capacidade de 150 mil barris de petróleo por dia e de compressão de gás de 6 milhões de metros cúbicos diários. A previsão da companhia é que as obras da P-71 gerem cerca de 2 mil empregos diretos e 4 mil indiretos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/03/2020****Seção: Empresas****Autor:****Título: Curtas****Ferbasa cria comitê**

A Companhia de Ferro Ligas da Bahia (Ferbasa) informou ontem que não registrou até o momento alterações relevantes nas cadeias de suprimento e de vendas dos produtos decorrentes da pandemia da covid-19. Com atividades nas áreas de mineração, metalurgia, recursos florestais e energia renovável, a companhia diz que manteve o funcionamento de suas unidades operacionais dentro da normalidade e que tomou medidas preventivas para mitigar a disseminação da doença entre seus funcionários, como a criação de um comitê de crise, a suspensão de viagens de trabalho, o escalonamento nas unidades operacionais e a possibilidade de trabalho remoto em alguns casos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 18/03/2020****Seção: Empresas****Autor: Francisco Góes — Do Rio****Título: Pandemia faz Vale parar mina no Canadá, mas meta anual não muda**

A parada temporária de uma mina de níquel e cobre da Vale no Canadá, anunciada na noite de segunda-feira, não terá efeitos significativos sobre a produção de metais básicos da mineradora. A mina paralisada é a de Voisey's Bay, na província de Terra Nova e Labrador, na costa leste do país, que vai ficar em fase de cuidados e manutenção por quatro semanas. Essa mina produz níquel com cobre e cobalto associados. A decisão atende a medidas preventivas da companhia frente ao surto de coronavírus.

Embora Voisey's Bay pare para manutenção por um mês, a unidade de processamento de Long Harbour (LHPP), que faz parte do mesmo complexo, continua em operação e a produção de níquel e cobalto não deve ser afetada, uma vez que há estoques de concentrado de níquel para abastecer essa unidade por meses, segundo apurou o **Valor**.

No minério de ferro, demanda da China em recuperação e oferta restrita continuam a sustentar preços

A Vale informou que a produção de cobre em Voisey's Bay, no entanto, será reduzida na proporção do tempo de parada da mina. Os próximos embarques do produto em navios para exportação devem ocorrer somente em setembro dadas as condições meteorológicas nessa região do Canadá, com mar congelado para atracação de navios no inverno.

Em 2019, Voisey's Bay produziu 25 mil toneladas de cobre em concentrado. Agora a parada por quatro semanas deve representar a perda de produção de cerca de duas mil toneladas naquela operação, ou 8% do total da mina.

Como o volume é relativamente pequeno, a mineradora não vai revisar a estimativa de produção de cobre para este ano porque poderá compensar esses volumes. Em encontro com investidores, em dezembro de 2019, a empresa disse que tem potencial de produzir 400 mil toneladas de cobre em 2020. Além do Canadá, a Vale produz cobre no Brasil (Salobo e Sossego, no Pará).

No níquel, a estimativa da Vale, atualizada mês passado, é de uma produção entre 200 mil e 210 mil toneladas este ano. Além do Canadá, a Vale produz níquel no Brasil (Onça Puma), na Indonésia e na Nova Caledônia.

A principal preocupação da mineradora, no momento, é com a integridade de seus funcionários e operações frente à pandemia do coronavírus. Não há, por enquanto, paradas previstas de outras operações de níquel ou cobre no Canadá. A principal produção da empresa no país está situada em Sudbury, província de Ontário. Em 2019, a produção total de níquel da Vale foi de 208 mil toneladas, das quais 97,4 mil (46,8%) no Canadá. Só Sudbury contribuiu com 50,8 mil toneladas. No cobre, a empresa produziu 381,1 mil toneladas no ano passado, sendo 126,2 mil toneladas (33%) no Canadá. E destas 92,8 mil toneladas em Sudbury.

A decisão de parar a operação em Voisey's Bay foi motivada por pedidos de funcionários da mineradora quem têm origem aborígene, preocupados com o coronavírus. Voisey's Bay tem 1.608 empregados, dos quais 446 são indígenas ligados às comunidades Nunatsiavut e Innu. São populações mais suscetíveis a doenças urbanas. Na região de Voisey's Bay, remota e acessível somente via aérea, existe uma população indígena de cerca de 4,9 mil pessoas.

A Vale também anunciou que está revisando seus planos para a paralisação das unidades de processamento de carvão em Moçambique. A companhia havia anunciado, em dezembro de 2019, que faria uma parada de três meses em sua operação moçambicana para fazer revisões nas usinas de processamento de carvão. A suspensão das operações em Moçambique teria início no segundo trimestre de 2020. Mas agora, como consequência das dificuldades de deslocamento de pessoas e equipamentos em função do coronavírus, a nova data de paralisação está em estudo. Essa reprogramação pode afetar a meta de produção de carvão da Vale para 2020, prevista entre 8 milhões e 10 milhões de toneladas da commodity.

No minério, a avaliação de fontes próximas da Vale é que após um primeiro bimestre de desaceleração na China, como consequência do coronavírus, a atividade no país começa a se recuperar. Pelo lado da oferta, contribui para a manutenção dos preços da commodity o fato de a Vale e das produtoras australianas terem restrições para aumentar a produção. Ontem, o minério com 62% de teor de ferro fechou a US\$ 91,20 por tonelada no mercado à vista da China.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 18/03/2020

Seção: Opinião

Autor:

Título: Correção

Na matéria “Incertezas podem levar a adiamento de leilões de energia”, publicada na edição de ontem, 17/3/2020, na página B2, o nome de uma das fontes foi informado incorretamente. O nome certo é “Instituto Acende Brasil”, e não “Instituto Trata Brasil”, como constou do texto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/03/2020

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes Jussara Soares / Brasília

Título: Governo pede calamidade contra vírus para ampliar rombo fiscal para R\$ 200 bi

Ampliação de déficit da meta fiscal daria folga de R\$ 76 bilhões para expansão de gastos a fim de tentar evitar efeitos do coronavírus na economia e administrar a queda de arrecadação com freada do PIB; medidas são estudadas para dar apoio a trabalhadores informais

O Palácio do Planalto informou na noite de ontem que pedirá ao Congresso Nacional o reconhecimento do estado de calamidade pública para ampliar os gastos com o objetivo de enfrentar a pande-mia do novo coronavírus. O governo Jair Bolsonaro, em nota, justificou que a medida garantirá recursos para a “proteção da saúde e empregos dos brasileiros” diante da perspectiva de queda de arrecadação. Se aprovada, a medida terá efeito até 31 de dezembro de 2020.

De acordo com um integrante da equipe econômica, o governo deve divulgar na sexta-feira que fechará as contas com rombo de R\$ 155 bilhões, acima da meta atual, que permite déficit de até R\$ 124 bilhões. No entanto, essa previsão toma como base crescimento da economia de 2,1% em 2020. Como a projeção está defasada, a equipe econômica vai ter liberdade para atualizar a previsão de déficit para o ano. O Estado apurou que será preciso que as contas fechem com rombo de até R\$ 200 bilhões para dar conta da necessidade de ampliação de gastos para enfrentar a crise.

O artigo 65 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), marco legal das contas públicas para União, Estados e municípios, permite a suspensão de metas fiscais na ocorrência de calamidade pública, incluindo a necessidade de bloqueios no Orçamento. No caso da União, a calamidade precisa ser reconhecida pelo Congresso. As Assembleias Legislativas e Câmaras de vereadores devem fazer o mesmo.

Duas frentes novas de medidas estão sendo desenhadas: um benefício temporário de renda para os trabalhadores informais e a suspensão temporária

dos contratos de trabalho para empresas em dificuldade. O trabalhador que tiver o contrato suspenso receberá seguro-desemprego do governo. O foco é o setor de serviços, o mais afetado pela crise. Essa medida já foi adotada na crise financeira internacional de 2008 e deve custar cerca de R\$ 15 bilhões.

O presidente Jair Bolsonaro informou que o ministro da Economia, Paulo Guedes, está preparando um programa de auxílio aos trabalhadores informais. “Algo parecido com um voucher. Está faltando definir o montante e como é que você vai organizar esse pagamento”, afirmou. O Estado apurou que, a depender do tempo que o benefício for mantido, o custo do programa pode ficar em torno de R\$ 20 bilhões.

Receitas. O governo ainda terá de administrar a perda de receita com a queda do petróleo e com o PIB mais fraco. Para cada 0,1 ponto porcentual de PIB menor, a receita diminui entre R\$ 1,5 bilhão e R\$ 2 bilhões. Relatório da Instituição Fiscal Independente (I-FI) do Senado apontou uma queda de R\$ 17 bilhões de receitas da União relacionadas a royalties do petróleo.

Outros R\$ 16 bilhões de receita com a privatização da Eletrobrás terão de ser retirados da previsão de arrecadação pela dificuldade de aprovação de projeto de lei de privatização da estatal.

O governo também terá de administrar a redução dos dividendos dos bancos públicos e da Petrobrás, que terão lucro menor. Esse dinheiro iria reforçar o caixa da União.

Também está em discussão pela equipe do ministro do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho, uma injeção de R\$ 10 bilhões de recursos orçamentários para tocar obras paradas.

Um integrante da equipe econômica disse ao Estado que a mudança da meta dá mais liberdade para o governo administrar a necessidade de caixa, sem precisar mexer no teto de gastos (regra que limita o crescimento das despesas acima da inflação).

COLABORARAM AMANDA PUPO E EMILLY BEHNKE

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 18/03/2020

Seção: Economia

Autor: Denise Lima / Rio

Título: Petróleo em NY e Londres fica abaixo de US\$ 30

As declarações do presidente americano, Donald Trump, sobre a possibilidade de mais restrições de viagens aos Estados Unidos, desta vez de Canadá e México era o que faltava para o preço do petróleo despencar de vez da barreira de US\$ 30 o barril, fechando ontem cotado a US\$ 26,95 o tipo WTI e US\$ 28,75 o tipo Brent, o que não se via desde janeiro de 2016.

Para analistas, somente com a recuperação da economia, principalmente da China, trará a commodity novamente para um patamar mais sustentável, ou, quem sabe, a volta das negociações entre a Rússia e a Arábia Saudita para um novo corte de produção. Nos dois casos, a expectativa da elevação de preços não envolve o curto prazo.

A queda do preço do petróleo começou na virada do ano, em meio a tensões entre Estados Unidos e Irã, que fez o petróleo sair do patamar dos US\$ 70 o barril. Em seguida, o surgimento do coronavírus na China e seu alastramento para o resto do mundo afetou fortemente a demanda. Um novo corte de produção para manter o preço diante da previsível queda da demanda foi proposto pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), liderado pela Arábia Saudita, à Rússia, que já estava no seu limite de redução e acabou sendo descartado, o que pressionou a oferta.

“A expectativa de reduzir ainda mais o fluxo aéreo dentro dos EUA, com algumas cidades como Nova York e São Francisco em estado de emergência fez a queda da demanda tomar uma escala ainda maior”, avalia o analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman.

Ele lembra que o mundo já está na terceira semana à espera de um entendimento entre a Opep e a Rússia, ainda indefinido, já que a melhora por meio de um aumento da demanda parece ainda mais distante, com o avanço do coronavírus em todos os mercados. Para ele, se o petróleo não retornar no médio prazo para o patamar dos US\$ 40 o barril, o setor vai começar a sofrer como um todo e em breve as petroleiras vão ter de reduzir postos de trabalho e cortar investimentos.

A queda abaixo de US\$ 30, no entanto, deve forçar a mais uma redução de preços pela Petrobrás, prevê Arbetman. Na semana passada a estatal cortou o preço da gasolina em 9,5% e do diesel em 6,5%.

De acordo com o analista da Tendências Walter de Vitto, o preço do petróleo está condizente com o quadro de demanda que vem pela frente. “As notícias estão cada vez mais negativas em relação ao fluxo de pessoas no mundo e afeta diretamente os combustíveis. Gasolina, diesel e QAV (aviação) são responsáveis por 60% da demanda mundial de petróleo.” Ele vê espaço maior para a queda

de preço da commodity, que ainda será afetada pelo fim do inverno no Hemisfério Norte. “

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 18/03/2020

Seção: Mercado

Autor: Nicola Pamplona

Título: Bolsonaro nomeia militar para comandar ANP em meio ao coronavírus

O presidente Jair Bolsonaro anunciou nesta terça (17) a nomeação do contra-almirante Rodolfo Henrique de Saboia para comandar a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Ele vai substituir o engenheiro Décio Oddone, que pediu renúncia em janeiro.

Na reserva desde 2012, Saboia é hoje superintendente de Meio Ambiente da Diretoria de Portos e Costas, da Marinha. Sua nomeação é vista como sinal de influência do **ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**, sobre o presidente. A ANP é responsável por regular os setores de petróleo e combustíveis do país, definindo regras e fiscalizando desde a exploração até os postos de combustíveis.

Nos últimos anos, ajudou o governo a turbinar a arrecadação com a realização de leilões bilionários de áreas exploratórias.

Segundo seu currículo publicado em uma rede social, Saboia não tem experiência no setor de petróleo e gás. Formado em engenharia naval, ele foi coordenador do Programa de Reparcelhamento da Marinha, comandante da Força de Superfície e sub-chefe de Organização do Comando de Operações Navais.

Nem o Planalto nem o MME (Ministério de Minas e Energia) divulgaram currículo oficial de Saboia. O nome de Saboia terá ainda de ser avaliado pelo Senado. A nomeação se dá em um momento de atrito entre o Executivo e o Legislativo, embate que levou apoiadores de Bolsonaro às ruas e é agravado pelas críticas à atuação de Bolsonaro em meio à crise do coronavírus.

Pegou de surpresa executivos do setor, que não conheciam o indicado. Oddone decidiu em janeiro antecipar o fim do seu mandato sob o argumento de que cumprira sua missão.

VEÍCULO: O Globo**Data: 18/03/2020****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: A Petrobras e os mais pobres**

Ainda sobre o preço do gás de cozinha—fundamental no orçamento familiar dos mais pobres —não cair, em que pese o valor do petróleo estar desabando. O Sindigás, que reúne as distribuidoras de GLP, disse que a ANP, que acompanha os preços do mercado, “mostra que a Petrobras vende o gás de cozinha por um preço 45,9% maior do que o valor pago pela estatal ao importar o produto”.

Isto pode, Roberto Castello Branco?
A culpa não é do PT

Ao subsidiar o preço da gasolina, Dilma quase quebrou a indústria do etanol, que não tinha condições de concorrer na bomba com a gasolina a preço de banana. Agora, por causa do novo coronavírus, é o mercado que derrete o preço da gasolina—em duas semanas, o galão nos EUA caiu de a US\$ 2,40 para uns US\$ 1,40 —e, por consequência, pode esfaquear a indústria brasileira de etanol.

MME / ASCOM .